

A transição Agroecológica da Cajucultura familiar no Município de Barreira, Ceará, Brasil.

GIRÃO, Enio G. Eng. Agrônomo, Embrapa Agroindústria Tropical, Fortaleza – CE, enio@cnpat.embrapa.br;
OLIVEIRA, Francylisson L. Estagiário, Embrapa Agroindústria Tropical – Graduando de Agronomia,
Universidade Federal do Ceará (UFC), cajucultura@gmail.com; KÜSTER, Ângela. Gerente de Projetos,
Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza – CE, angela.kuster@kas.de;
PEREIRA, José I.C. Geógrafo, Núcleo de Iniciativas Comunitárias – Barreira – CE,
nic.barreira@yahoo.com.br.

Resumo

A cajucultura tem no Nordeste relevante importância socioeconômica, envolvendo cerca de 280 mil pessoas, sobretudo na agricultura familiar. A Associação Comunitária de Barreira – (ACB), conhecida como PA-Rural, trabalha desde 1986 na organização dos cajucultores familiares no município Barreira, Ceará. A transição agroecológica dos cajucultores surgiu como necessidade pela demanda crescente do mercado nacional e internacional por um produto orgânico certificado. Neste trabalho, são apresentados os primeiros resultados do projeto qualificação da agricultura familiar para mercados diferenciados (orgânico e comércio justo), no Município de Barreira.

Palavras-chave: Nordeste brasileiro, Caju orgânico, Comércio justo.

Contexto

O município de Barreira, situado a 80 km de Fortaleza, contava em 2008 com 19.257 habitantes (IBGE). A agricultura familiar predomina como a principal atividade econômica do município e que depende, sobretudo, da cajucultura. Dessa forma o município é hoje o sétimo maior produtor de castanha de caju do Ceará, mas o que conta com maior participação da agricultura familiar na produção. Em 1986, surgiu a Associação Comunitária de Barreira, que trabalha desde então na organização dos cajucultores do município, mantendo uma Central de Beneficiamento de Castanha de Caju, e desenvolvendo trabalhos comunitários, associativos e produtivos.

O Núcleo de Iniciativas Comunitárias (NIC Barreira), uma ONG com atuação regional e sede em Barreira, vem desde 2005 acompanhando o PA Rural com assistência técnica e consultorias e desde 2006 conta com a parceria da Fundação Konrad Adenauer Fortaleza através do Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado, cofinanciado pela União Europeia.

Junto à Copacaju – uma cooperativa com 10 mini-fábricas associadas através de um projeto da Fundação Banco do Brasil – formou-se em 2007 um grupo de apoio composto por várias instituições, como a Embrapa Agroindústria Tropical, o SEBRAE e a Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (NUTEC), que desenvolveram em conjunto o Projeto “Qualificação da cajucultura familiar para o acesso a mercados diferenciados”.

Em 2007, o PA Rural recebeu investimento de R\$ 73.000,00 do Governo do Estado do Ceará e do Banco Mundial para a reforma das instalações e aquisição de equipamentos, adequando a Central aos critérios da certificação. Isso possibilitou a melhoria das condições de beneficiamento da castanha de caju, qualificando-se mais ainda para a exportação e ampliando a sua capacidade de produção de 1 para 3 toneladas/dia.

Entre as dificuldades identificadas, destacavam-se a fraca organização interna e a pouca capacidade de gestão de projetos economicamente sustentáveis, a falta de capital de giro para garantir a compra de matéria-prima para o beneficiamento, a falta de adequação à qualidade exigida pelo mercado, a concorrência de outros países (especialmente Índia e Vietnã) e mercado consumidor interno pouco significativo em relação ao externo (embora seu consumo seja

Resumos do VI CBA e II CLAA

recomendado para uma melhor qualidade de vida, o produto é considerado “caro” e “de luxo” a boa parte da população brasileira, devido também a pouca informação).

Mesmo assim, em 2007, foi processada uma tonelada de castanha *in natura* por dia, sendo 264 toneladas no ano, produzindo 52 toneladas de amêndoas de castanhas de caju, com 40% da produção sendo vendida para o mercado interno e 60% para o externo. Apesar da menor significância do mercado interno no âmbito geral, a necessidade de regularidade e quantidade reduz a possibilidade de exportações.

Diante deste cenário de desafios, surgiu a necessidade de se trabalhar em parceria, atuando com foco nos pontos-chave que impediam o desenvolvimento da cajucultura familiar, fortalecendo as potencialidades internas e facilitando o acesso às oportunidades externas. Assim, por meio de parcerias interinstitucionais e de uma atuação interdisciplinar, foi possível construir um processo abrangente que inclui a certificação orgânica e de comércio justo para garantir resultados concretos e impactos no nível de acesso aos mercados nacionais e internacionais.

Após 22 anos de experiência, destacam-se hoje o capital humano disponível e o capital social e institucional acumulado em articulações e apoios de diversos atores e parceiros sociais. Igualmente importantes são as oportunidades representadas pelos bens “materiais” (infra-estrutura, equipamentos, etc.) e “imateriais” (reconhecimento do papel social, relações com entidades financiadoras e outros).

Descrição da Experiência

Desde a sua fundação, o PA Rural incentivou a implantação de minifábricas em diversas localidades do Município, contando hoje com mais de 20 minifábricas, das quais quatro adquiriram autonomia na comercialização de uma parte da sua produção no mercado regional. O PA Rural conta hoje com 120 associados, produtores de castanha de caju, organizados em torno de mais de 20 minifábricas em gestão familiar. Oitenta pessoas trabalham no beneficiamento, que processam as castanhas dos pequenos agricultores familiares do município Barreira e dos municípios vizinhos.

Desde o início do projeto da qualificação da cajucultura familiar foi trabalhado o protagonismo das duas organizações – PA Rural e Copacaju – na formulação dos objetivos e estratégias. Em abril de 2008 foi realizada uma oficina de planejamento, envolvendo os cajucultores de Barreira e representantes das 10 minifábricas que fazem parte da Copacaju, de diversos municípios do Ceará. Foi construído o plano de ação, desde então colocado em prática, monitorado através de reuniões mensais das instituições de apoio com os representantes dos cajucultores.

Um grupo de 50 produtores e beneficiadores de 10 minifábricas de castanhas do caju iniciaram o curso de transição agroecológica e foram realizados os cadastros das propriedades com georreferenciamento das áreas para a adequação aos critérios da certificação. A certificação orgânica e para o comércio justo era uma possibilidade para agregação de valor à amêndoa. Como não se tinha o certificado, as exportações atingiam preços menores. Com o Projeto da Qualificação da Cajucultura Familiar, será possível organizar a oferta e qualificar melhor a produção.

Além da certificação, o Projeto está proporcionando a criação de uma identidade visual para o PA Rural, além do desenvolvimento de embalagens e logomarca adequadas às exigências dos mercados nacional e internacional, notadamente o Europeu, cada vez mais exigente. A certificadora contratada foi o Instituto de Mercado Ecológico (IMO), já estando em curso a capacitação dos produtores no curso de transição agroecológica das propriedades.

Resumos do VI CBA e II CLAA

Diversos parceiros estão colaborando no projeto:

Fundação Konrad Adenauer - viabiliza o processo de formação em agroecologia, assessorando na comercialização e no acesso aos mercados.

DED – cooperantes prestam assessorias de comercialização.

Embrapa Agroindústria Tropical/BNB/FUNDECI - financiam capacitações dos cooperados na área de qualidade, apóia a participação em feiras e eventos e a certificação.

Sebrae - viabiliza capacitações na área de Boas Práticas de Fabricação (BPFs) e apóia a participação em feiras de negócios.

Núcleo de Iniciativas Comunitárias (NIC) - atua na animação do grupo de produtores, coordenando as ações locais.

Prefeitura Municipal de Barreira – cede maquinários e dá apoio logístico, colaborando no processo de certificação e viabilizando transporte para as reuniões dos agricultores familiares e assistência técnica.

Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará/PROGEX - viabiliza consultorias técnicas de avaliação de todas as etapas do processo, visando a melhoria da qualidade dos produtos de caju, oferece consultoria para o desenvolvimento de novos produtos, melhoria das embalagens e material promocional; consulta na área de custos para assegurar o acesso ao mercado externo, fornece análises laboratoriais e capacita os cooperados em áreas específicas de atuação profissional e legislação vigente.

Cooperação Alemã (GTZ) – financia estudo de mercados para a cajucultura.

Ministério de Desenvolvimento Agrário - aprovou o projeto “Preparação de grupos da Cajucultura Familiar de Barreira - Ceará para a certificação orgânica”, previsto para iniciar em julho de 2009, garantindo acompanhamento técnico e formação durante dois anos.

A Central de Cooperativas Copacaju teve um projeto aprovado pelo Sebrae Nacional para a certificação no comércio justo.

A experiência baseia-se nos princípios da agroecologia e na construção coletiva do conhecimento com gestão participativa, envolvendo os agricultores com igualdade de gênero e geração. A certificação é trabalhada em grupo, dando a possibilidade para a associação planejar a produção e a assinatura de contratos com os compradores, garantindo a quantidade, qualidade e regularidade, conseguindo assim melhores preços para os produtos. O modelo de gestão foi construído de forma descentralizada, dando autonomia aos grupos em torno das minifábricas.

A sensibilização, mobilização e organização dos cajucultores de Barreira para a certificação orgânica já está sendo trabalhada pelo PA Rural, com assessoria do NIC, há mais de dois anos, época em que houve as primeiras reuniões com diversas instituições, inclusive certificadoras, informando sobre o processo, oportunidades e riscos da certificação.

A articulação entre atores e instituições também é um princípio da metodologia de trabalho, buscando uma articulação que vise à realização de ações e resultados conjuntos. Dessa forma, o projeto é construído, executado, monitorado e avaliado por meio de metodologias participativas,

Resumos do VI CBA e II CLAA

com a presença de técnicos das instituições parceiras e representantes dos cajucultores, tanto de produtores como de beneficiadores, formando um conselho gestor participativo.

Os cajucultores participantes estão associados ao PA Rural, firmam seu compromisso de seguir as orientações para a adequação das suas propriedades aos critérios da certificação orgânica, implementam o Sistema de Controle Interno e se comprometem, via contrato, a dar preferência ao PA Rural no fornecimento dos produtos certificados. A meta é certificar 100 propriedades com a participação de 200 agricultores e 100 jovens rurais, nos próximos dois anos.

Para orientar a transição agroecológica, são realizados cursos para a aplicação de técnicas de cultivo e processamento de caju, por meio de pesquisa de práticas conservacionistas de solo (adubação orgânica), controle de pragas com utilização de defensivos naturais e processamento de pedúnculos e amêndoas adequadas às normas de certificação.

A sensibilização, o conhecimento e apropriação da legislação de produtos orgânicos são trabalhados com o estudo da Lei 10.831/2003 (Lei da Agricultura Orgânica) e do Decreto nº. 6.323/2007, a identificação de não conformidades nas propriedades e a adequação aos critérios da certificação, com visitas técnicas às propriedades e o georreferenciamento das áreas e a elaboração de croquis para as adequações necessárias.

São desenvolvidos experimentos a campo, que serão sistematizados pela Embrapa Agroindústria Tropical, com a publicação de rotinas de sistema agroecológico para o caju.

A Construção do Sistema de Controle Interno – SCI é outro passo importante a ser construído com os grupos, contribuindo para a profissionalização da gestão e a melhoria da produção. O procedimento da certificação em grupo foi aprovado no Brasil através da Lei da Agricultura Orgânica e é uma opção para associações ou cooperativas, pois barateia os custos. A documentação do SCI oferece a possibilidade de realização de visitas pontuais da auditoria para sua verificação. Foi instalada uma comissão interna para manter e operar o SCI e assegurar o cumprimento de padrões estabelecidos. Dessa forma, o SCI estimulará o processo participativo na elaboração de documentos compreensíveis por todos.

Resultados

Como o projeto ainda encontra-se em execução, os resultados são parciais, embora já bem significativos.

O trabalho do PA Rural e da Copacaju foi reconhecido em nível nacional e internacional. Desde 2007, participam da Iniciativa Caatinga e Cerrado, apoiada pela Cooperação Alemã (GTZ, DED, Fundação Konrad Adenauer), pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, pelo Ministério de Integração Nacional, pelo Ministério de Meio Ambiente, entre outros. Anualmente, a Sala Caatinga Cerrado na BioFach/ExpoSustentat América Latina, exposição de produtos de diversos empreendimentos da agricultura familiar, possibilita ao PA Rural contatos comerciais para fechamento de negócios. O Par Rural participa da Feira Nacional da Agricultura Familiar e do *Salone Del Gusto do Terramadre*, em Turim, na Itália. Este ano, o PA Rural foi convidado pela primeira vez a participar da BioBrazilFair, em São Paulo, e a Copacaju participa pela segunda vez do Salão do Turismo, a ser realizado em julho de 2009, em São Paulo.

A visão sistêmica da Agroecologia proporciona ainda benefícios culturais e socioambientais, além dos benefícios meramente econômicos e um produto sem agroquímicos, caso de muitos orgânicos.

Além de uma produção sem insumos industriais, incentivou-se a policultura, manejo sustentável

Resumos do VI CBA e II CLAA

do solo, proteção de mata ciliar e reserva nativa, gerando uma autosustentabilidade das famílias e menor degradação ambiental.